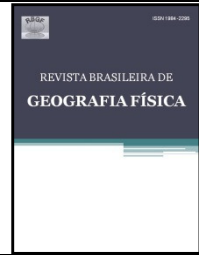




Revista Brasileira de Geografia Física

Homepage: www.ufpe.br/rbgf



O Conceito e a Instrumentalização da Natureza: Olhares Transversais na Dinâmica Territorial da Praia do Paiva-PE

Bruno Augusto Nogueira Monteiro Pontes¹; Cláudio Jorge de Moura Castilho²

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); ²Professor do PRODEMA-UFPE. E-mail: claudiocastilho44@gmail.com.

Artigo recebido em 11/05/2016 e aceito em 31/05/2016

RESUMO

As construções dos conceitos são reflexos das relações sociais de produção ao longo da História. Este estudo realiza uma analogia entre as práticas sociais e os conceitos instituídos, que são seus reflexos, analisando a evolução do conceito de Natureza e relacionando-o com a atual dinâmica territorial de (re)produção do espaço na praia do Paiva, no estado de Pernambuco. Assume-se uma postura dialética, visto que a dinâmica territorial da praia do Paiva é plena de contradições, conflitos e tensões, mas, simultaneamente, de possibilidade de diálogos. O estudo aborda diferentes construções da visão da natureza na história humana no âmbito das discussões filosóficas, apresentando-as como complexas, expondo a dinâmica territorial da produção do espaço na praia do Paiva, debatendo como o conceito “forjado” de natureza corrobora para a dinâmica territorial atual no Paiva, trazendo à discussão a necessidade de refletir sobre outras formas de pensar e agir ambientalmente.

Palavras-chave: natureza; sociedade; reprodução do espaço; praia do Paiva.

The Concept and the Instrumentalization of Nature: Cross-looks in the Territorial Dynamics of Paiva Beach-PE

ABSTRACT

The formulations of concepts are influenced by social production relationships throughout History. This work draws an analogy between social practices and established concepts due to relationships between the nature concept and the current territorial dynamics of space's reproduction in the Paiva beach, localized in the Pernambuco State. It adopts a dialectical methodology because the territorial dynamics of Paiva beach is full of contradictions, conflicts and tensions, but it takes in consideration, simultaneously, the possibility of dialogues. The study shows up different nature's concepts in human history under the context of philosophical discussions, presenting them as complex, showing the territorial dynamics of Paiva beach space's production, discussing how the concept of nature "forged" supports the current territorial dynamics in Paiva towards construct others ways of thinking and practices regarding to the environment.

Keywords: Nature, society, space's reproduction, Paiva Beach.

Introdução

No transcorrer da história do pensamento, os conceitos acerca das coisas revelam-nos os sentidos que se dão às formas-materiais/físicas e imateriais/imagens e desejos-resultantes das interrelações dialéticas e dialógicas entre sociedade e mundo. Daí porque eles se acham em permanente processo de ressignificação. Os conceitos são, portanto, fruto de um processo de construção dinâmico e permanente instituído pela

sociedade no âmbito das dimensões do espaço e do tempo.

A perspectiva conceitual histórica, assim, denota um trabalho crítico necessário à compreensão da evolução permanente do homem e de suas relações com o mundo. Nesse sentido, Foucault (1995) assevera que precisamos conhecer as condições históricas que motivam as conceituações. Em outros termos, isto acontece no âmbito de uma consciência histórica da situação presente para tentar descobrir o(s) problema(s) específicos que se relacionam às mudanças conceituais. Portanto, é preciso aprender com as

* E-mail para correspondência: bruno_augusto@hotmail.com (Pontes, B.A.N.M.).

experiências, as quais podem dar-nos as explicações necessárias sobre a situação atual. No entanto, não se pretende fazer aqui uma pesquisa epistemológica sobre a Natureza, mas tentar revelar a relação entre construção conceitual e ação, através de uma dinâmica territorial.

As tentativas de reflexão conceitual sobre a natureza não constituem tarefa recente e única, tendo, portanto, acumulado diversos significados no decorrer da História, desde a chamada era pré-socrática, sob a denotação da *Physis*. Como afirma Abbagnano (2007, p. 814), “A interpretação da Natureza como princípio de vida e de movimento de todas as coisas existentes é a mais antiga e venerável”, tendo em vista a gênese do que se considera como fundamental para conceituar a Natureza, não havendo dúvida de que ela representa a vida e lhe dá forma.

Por outro lado, em sendo criação social, é compreensível que o conceito de natureza, enquanto si mesma, seja resultado da concepção do próprio homem que a interpreta. Conforme afirma Gonçalves (2013, p. 23), “[...] o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens”. Este é um ponto de partida necessário para compreender as mutações do conceito de Natureza, que conforme o exposto, passa por modificações de acordo com o espaço e o tempo, amparadas pela compreensão do homem.

Assumir uma discussão sobre o conceito de Natureza nos dá a real dimensão do paradoxo que envolve seu próprio processo de construção. A grafia do termo Natureza acha-se, neste artigo, representada pela letra ‘N’ maiúscula ou com ‘n’ minúscula, com a finalidade de distinguir a Natureza (como totalidade) ainda não modelada pelo homem daquela que foi suprimida em partes; mas que teve alguns de seus elementos tornados, em seu conjunto, mercadoria, para atender interesses puramente capitalistas. Por isso, admite-se aqui a difícil tarefa de mencioná-la com conotações diferentes em alguns momentos, adotando a visão de natureza contemporânea, “[...] que tem servido como um dos suportes para o modo como produzimos e vivemos, que tantos problemas nos tem causado [...]” (Gonçalves, 2013, p. 24), enquanto recurso, mercadoria, ainda que tenhamos consciência da intencionalidade desta concepção, sob o prisma de uma opinião crítica. Entretanto, somente quando se concebe a Natureza como *gênesis* de todas as coisas, como totalidade da qual o homem é parte, considerando a complexidade das inter-relações entre os seres, é que se aproxima de uma conceituação mais pertinente à dinâmica da realidade existente.

Considerando a Natureza e sua conceituação como um dos alicerces que

contribuíram para a edificação das relações sociais – de produção, espacial, cultural, política, etc. – aborda-se, com maior detalhe, a progressiva visão de Natureza a partir das influências filosóficas que fundamentaram a formação do mundo ocidental, surgindo daí as heranças conceituais mais sólidas para a concepção atual de Natureza.

Para início da exposição, faz-se necessário comentar sucintamente o princípio da sua concepção. A construção do conceito de Natureza se dá a partir da ideia da *Physis* trazida pelos pré-socráticos, referindo-se à totalidade do real, à essência de tudo, conforme assinala Gonçalves (2013, p. 31-32)

A palavra *physis* indica aquilo que por si brota, se abre, emerge, o desabrochar que surge de si próprio e se manifesta neste desdobramento, pondo-se no manifesto [...] À *physis* pertencem o céu e a terra, a pedra, a planta, o animal e o homem, o acontecer humano como obra do homem [...] Pensar o todo do real a partir da *physis* é pensar a partir daquilo que determina a realidade e a totalidade [...]” (Gonçalves, 2013, p. 30-32).

No entanto, essa concepção passou por modificações no curso da História. Desse modo, foi a partir das interpretações de Sócrates, Platão e Aristóteles que a ideia da separação homem-natureza passou a ser considerada. De acordo com Gonçalves (2013, p. 28), “[...] esta oposição homem-natureza se deu, no corpo da complexa história do Ocidente, em luta com outras formas de pensamento e práticas sociais”, considerando, ainda, que “[...] o conceito de natureza que tem vigorado [...] no fundo coloca em questão o modo de ser, de produzir e de viver dessa sociedade”. Portanto, o significado de Natureza não é o mesmo para grupos sociais de diferentes lugares e épocas na história.

Tal perspectiva conceitual aprofundou-se, de acordo como modo capitalista de pensar e refletir, a partir do séc. XVIII, modificando-se de maneira a dar legitimidade aos imperativos da sua racionalidade técnica instrumental capitalista, o que tem tido continuidade até o século atual. As dinâmicas territoriais das atividades imobiliárias, por exemplo, expandem-se fortemente, apropriando-se da natureza como recurso econômico-financeiro – uma mercadoria – utilizando-se das suas dimensões materiais e imateriais através do *marketing*, como formas de amenidade e raridade, visando manter a lógica capitalista. Aliado à escassez de ambientes naturais – produzida pelo próprio capitalismo – nos espaços urbanos, os ambientes “forçados” reforçam a imagem da diferenciação competitiva.

A variedade de acepções assumidas pela palavra Natureza, segundo Passmore (1995, p.

91), “reflete fielmente as hesitações, dúvidas e incertezas com as quais os homens têm se deparado frente ao mundo ao seu redor”. Nesse sentido, buscar-se-á revelar, preliminarmente, a visão de Natureza assumida e praticada no espaço e no tempo para a sociedade atual, bem como seu reflexo associado às dinâmicas territoriais do processo de produção do espaço em áreas urbanas, mais especificamente na que se localiza na praia do Paiva (município do Cabo de Santo Agostinho), na Região Metropolitana do Recife (RMR), numa tentativa não cronológica, mas, sobretudo, de evolução do pensamento.

A área da praia do Paiva destaca-se pela localização privilegiada, pela proximidade de importantes equipamentos da RMR: Aeroporto Internacional dos Guararapes (a 14 km), Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS) (a 17 km), Centro Histórico do Recife (a 26 Km), além de considerável diversidade ambiental, fazendo parte dos estuários dos rios Pirapama e Jaboatão; do ecossistema de manguezais, que cobre toda a margem dos rios; da restinga, que se localiza entre a faixa de praia e um remanescente de Mata Atlântica ao fundo; e dos recifes de corais que formam piscinas naturais na baixa-mar. Ademais, na porção sul da praia, situa-se a Mata de Camaçari, definida legalmente como Reserva Ecológica, por ser uma área de captação de águas subterrâneas, contribuindo para a manutenção dos mananciais que abastecem parcialmente a porção sul da RMR.

Todavia, essa diversidade ambiental acha-se ameaçada pela dinâmica territorial contemporânea, a qual se fundamenta cada vez mais de acordo com os imperativos da lógica da racionalidade técnica instrumental capitalista neoliberal dominante para a qual a Natureza existente na e no entorno da praia do Paiva torna-se um mecanismo crucial.

Diante do contexto supramencionado, tem-se como objetivo principal clarificar o conceito de Natureza – considerando sua dinâmica na história da ciência – com a finalidade de compreender seu atual uso na dinâmica territorial do capitalismo neoliberal. Isso se faz interessante para avaliar as atuais inter-relações sociedade-natureza no sentido de recolocar a necessidade de pensar e praticar “outra racionalidade”. Fundamentando-se na racionalidade ambiental de Leff (2009), esta “outra racionalidade” deverá contemplar outro caminho:

[...] este caminho exploratório, para além dos limites da racionalidade que sustenta a ciência normal para apreender o ambiente, para ir construindo o conceito próprio de ambiente e configurando o saber que lhe corresponde na perspectiva da racionalidade

ambiental. Neste percurso, vai se desenvolvendo o itinerário de uma epistemologia ambiental [...] que parte do esforço de se pensar a articulação de ciências capazes de gerar um princípio geral, um pensamento global e um método integrador do conhecimento disciplinar, para desembocar num saber [ambiental] que ultrapassa o campo das ciências e questiona a racionalidade da modernidade. [...] O saber ambiental coloca-se, assim, fora da ideia do uno, do absoluto e do todo: do *logocentrismo* das ciências ao *saber holístico* e às visões sistêmicas que procuram reintegrar o conhecimento num projeto interdisciplinar. (Leff, 2012, p. 17-18).

A recolocação desta perspectiva se faz importante para a revisão das atuais práticas de construção dos territórios a partir do uso da Natureza ali existente, na perspectiva de reaproximar-se da complexidade a partir de perspectivas interdisciplinares do pensar e agir a fim de construir ambientes efetivamente sustentáveis para todos.

Material e métodos

A pesquisa assume uma postura dialética e, ao mesmo tempo, dialógica, na tentativa de apreender o movimento reflexivo do todo e das partes em suas reciprocidades como totalidade complexa. Isso porque a dinâmica territorial, também da praia do Paiva, é plena de contradições, conflitos e tensões, mas simultaneamente de possibilidade de diálogos. A busca de caminhos sob o paradigma da complexidade exige que assumamos a postura segundo a qual:

Conhecer o humano não é separá-lo do Universo, mas situá-lo nele. [...] todo conhecimento, para ser pertinente, deve contextualizar seu objeto. ‘Quem somos nós?’ é inseparável de ‘Onde estamos, de onde viemos, para onde vamos?’. [...] Conhecemos hoje nosso duplo enraizamento: no cosmo físico e na esfera da vida (Morin, 2014, p. 37).

A discussão do quadro conceitual, no âmbito da complexidade acima exposta, está orientada pelo estudo empírico sobre a dinâmica territorial da praia do Paiva (Figura 1), no contexto atual da crise ambiental a qual não somente se globalizou como também se agravou exacerbadamente. Portanto, começou-se pela realização de um levantamento bibliográfico sobre as concepções de Natureza e sua evolução na história da ciência, através da consulta a livros, artigos e periódicos científicos, entre outros.

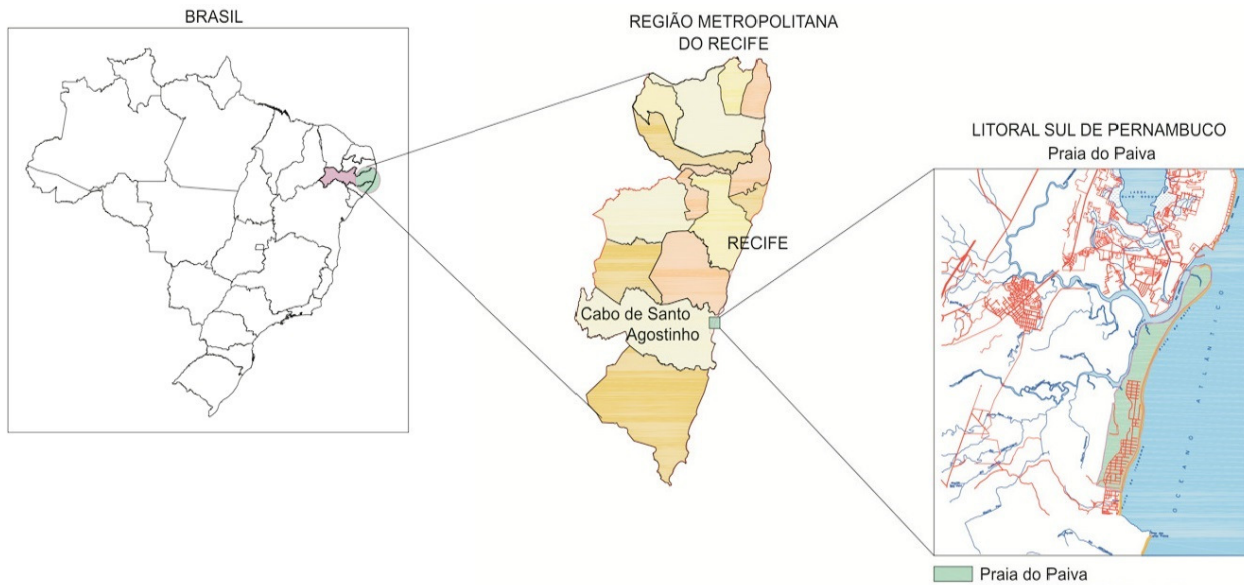


Figura 1. Localização da praia do Paiva, no município do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, Brasil. Fonte: EIA Reserva do Paiva (2006) (com adaptações do autor).

Em face do exposto, estruturou-se o presente texto abordando a construção da visão de Natureza na História – em uma perspectiva de evolução do pensamento – feita por Schmidt (1976), Smith (1988), Passmore (1995) e Santos (2006), no âmbito das discussões filosóficas, apresentando-as como complementares e convergentes; expondo a dinâmica territorial da produção do espaço na praia do Paiva; e, por fim, debatendo como o conceito “forjado” de Natureza corrobora para a dinâmica territorial atual no Paiva, trazendo à discussão a necessidade de refletir sobre outras formas de pensamento e prática efetivamente ambientais. Isso no âmbito de um processo epistemológico que valoriza a diversidade no pensar e refletir sobre os ambientes tecidos e vividos.

Resultados e discussão

É peremptório aclarar, inicialmente, a questão do conceito, já que este é o fio condutor das contendas aqui apresentadas. Acredita-se que a partir deste esclarecimento pode-se perceber e explicar como o real se manifesta, revelando, pois, a verdadeira racionalidade predominante do homem em seu processo de evolução. Isso porque dele resultam ações, assim como é das ações que resultam os conceitos, numa relação dialógica. Ou seja, traduz-se como se percebe algo, que é o que vem a ser conceituado. Podemos, assim, sintetizar tal ideia:

Mas o que [...] vai reger o aparecimento e a recorrência dos conceitos, para toda a história natural, é a disposição geral dos enunciados e sua seriação em conjuntos determinados; é a maneira de transcrever o

que se observa e de reconstituir, no fio dos enunciados, um percurso perceptivo; é a relação e o jogo de subordinações entre descrever, articular em traços distintivos, caracterizar e classificar; é a posição recíproca das observações particulares e dos princípios gerais; é o sistema de dependência entre o que se aprendeu, o que se viu, o que se deduz, o que se admite como provável, o que se postula (Foucault, 2008, p. 63).

Vale, ainda, ressaltar o ponto em que o mesmo autor afirma que

[...] a história de um conceito não é, de forma alguma, a de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu gradiente de abstração, mas a de seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração. (Foucault, 2008, p. 05)

A Natureza, em um primeiro momento, foi considerada pelo homem como algo grandioso, mas ao mesmo tempo “estranho”, “incomum”, que, assim percebida, causava-lhe medo, horror, o que acontecia, sobretudo, devido ao desconhecimento de seu funcionamento. Tal percepção levava a formas de mistificação da Natureza, suscitando a crença segundo a qual os fenômenos “naturais” decorriam da vontade dos Deuses.

Entre os séculos XI e XIII, a Natureza era encarada como algo sagrado, justamente por ser percebida como algo superior. Talvez em função de tal percepção, existiam sentimentos de respeito e cuidado para com a Natureza. Mas, no momento em que se passou a acreditar que seu

funcionamento poderia ser influenciado pela oração, súplica, sem a mediação de Deus, começava-se a atribuir ao homem certa influência sobre ela.

As ponderações colocadas por Santo Agostinho sobre a Natureza passaram a ser ligadas à religião, pelo que ela foi vista como subserviente ao homem, podendo ser usada, manipulada como lhe conviesse, colocando-a a serviço dele. Compreendia-se, assim, que Deus tinha criado a Natureza para servir ao homem, tendo sido feita para o homem, sob uma perspectiva claramente antropocêntrica.

Porém, a doutrina crítica do estoicismo acreditava que a Natureza deveria ser preservada e não severamente modificada, defendendo que “os homens pecadores não deveriam refazer o mundo à sua própria imagem” (Passmore, 1995, p. 93). Os judeus também se oporiam ao citado antropocentrismo, defendendo atitudes mais atenciosas para com a Natureza.

Contra a “infantilidade” e o “absurdo” da ideia do cristianismo, Descartes pensava que o homem deveria transformar a Natureza para utilizá-la, devendo, assim, “tornar-se senhor e dono da natureza” (Passmore, 1995, p. 95). Para Descartes, influenciado pelo pensamento de Platão, o homem – seu corpo –, ainda que fizesse parte da Natureza, por ser dotado de consciência, espírito, diferenciava-se da Natureza sendo um ser superior. Os poetas, pintores e intelectuais naturalistas, entretanto, não se submeteram às perspectivas redutoras representadas pela natureza.

Em função dessa ideia utilitarista a qual, posteriormente, reforçou a racionalidade técnica instrumental do capitalismo, a contemplação e a equiparação da Natureza como algo sagrado – como o homem – passou a ser considerada como uma atitude de seres inferiores.

Kant, através de sua visão filosófica, trouxe a concepção de natureza humana – enquanto interna ao homem, intrínseca – e de natureza externa como o “ambiente social e físico no qual os seres humanos vivem” (Smith, 1988, p. 29), cristalizando, dessa forma, o dualismo que caracterizaria a conceituação da Natureza na ideologia burguesa. Isaac Newton e Francis Bacon também ratificaram, através da visão científica, esse dualismo na concepção da natureza, segundo o qual: “[...] através da ciência e do domínio da natureza, os seres humanos poderiam restaurar a harmonia da natureza [...]” (Smith, 1988, p. 32). Estes cientistas, ao terem separado a natureza exterior do mundo social, demonstravam uma visão universal da Natureza muito ligada, também, a preceitos religiosos, acreditando que os

objetos se movimentavam pela manifestação onipresente de Deus.

Para Hegel e Marx, a Natureza era “negatividade”, na medida em que existia para ser dominada pelo homem, portanto, humanizada (Passmore, 1995, p. 96). Enquanto “estranha”, a Natureza não teria valor, até que lhe fosse dado valor de uso. Marx não deixou explícito o seu conceito sobre a Natureza, mas compreendia a construção do entendimento sobre ela como um recurso material, produtivo, como meio e objeto de trabalho. De acordo com Schmidt (1976, p. 11), “*Marx parte de la naturaleza como ‘la primera fuente de todos los medios y objetos del trabajo’ es decir, la ve de entrada en relación con la actividad humana*”. Deste modo, a Natureza estava organicamente relacionada com a *práxis* social, em função dos processos objetivos da sociedade, mas pondo a sociedade e o trabalho humano na transformação da natureza, num movimento dialético entre o sujeito e o objeto, como contexto natural.

Incluso el proceso vital de los hombres, comprendido y dominado, sigue siendo un contexto natural. En todas las formas de la producción, La fuerza humana de trabajo es ‘solo la exteriorización de una fuerza natural’. En el trabajo el hombre ‘se contrapone, como poder natural, a la materia de la naturaleza’. En tanto el hombre [...] actúa exteriormente sobre la naturaleza y la modifica, modifica al mismo tiempo a su propia naturaleza’. La dialéctica de sujeto y objeto es para Marx una dialéctica de las partes constitutivas de la naturaleza. (Schmidt, 1976, p. 12).

Schmidt (1976) discutiu amplamente a visão de Marx sobre a natureza, destacando suas reflexões esclarecedoras sobre a compreensão de Natureza. Para Schmidt (1976, p. 87), na medida em que Marx escreveu que “Toda natureza está mediada socialmente, assim como, inversamente, a sociedade está mediada naturalmente como parte constitutiva da realidade total”, ele percebia a Natureza como totalidade.

Ao sugerir o materialismo dialético, Marx o propôs a partir das inter-relações recíprocas entre o naturalismo e o humanismo, “[...] porque a mediação recíproca entre natureza e sociedade ocorre dentro da realidade total da natureza. O sujeito social, por cujo filtro passa toda a objetividade, é e segue sendo uma parte espaço-temporal integrante desta objetividade”. E ressalta a influência da estrutura da situação laboral do homem, “No trabalho os homens se comportam ao mesmo tempo como materialistas sensuais e como idealistas subjetivos [...] ‘A consciência (*do homem a qual forma-se pela práxis social, e a*

forma com que intervém sobre a natureza através do trabalho) [...] não só reflete o mundo objetivo, mas também o cria”’. (Schmidt, 1976, p. 129, grifo nosso).

Marx acreditava que a atuação do homem sobre a realidade se dava através do trabalho, como ação modificadora do Natural, tanto que ao mudar a Natureza ele mudaria a si próprio. Desta forma, tais transformações poderiam trazer consequências ao ambiente em que acontecem, bem como ao próprio homem a exemplo do que temos presenciado no mundo hodierno. O conflito entre o homem e a natureza, caracterizador do dialetismo de Marx, não seria, portanto, natural, mas histórico-social, daí porque o antagonismo radical não se daria entre o homem e a natureza, mas entre o capital e a natureza, uma vez que é através do capital – ou melhor, da lógica do seu acontecer histórico – que o homem perde a sua identidade natural.

Em outros termos, para Marx, a cultura, a sociedade e a história humana são Natureza, Natureza transformada em natureza, razão pela qual seu conceito seria, antes de tudo, sociocultural localizado historicamente no espaço e no tempo. Schmidt (1976), através da visão marxista da Natureza, salienta como a Natureza passa a ser percebida cognoscivelmente através da evolução da sociedade, sobretudo na transição para a economia industrial a qual moldou as percepções sociais dos homens e sua relação com a Natureza, influenciando na compreensão da realidade: “Mais que qualquer outro acontecimento conhecido, a emergência do capitalismo industrial é responsável pelo surgimento das concepções e visões contemporâneas sobre a natureza” (Smith, 1988, p. 27).

O mesmo autor traz uma análise sobre o papel do capitalismo industrial nas atuais concepções da Natureza, defendendo que a dominação social sobre a Natureza é irrefragável, tendo sido este o caminho trilhado seguindo os preceitos do modelo de capitalismo industrial. Este modelo teve como pressuposto a transformação da natureza em “recurso”, ou seja, em meio para atingir fins, os quais tinham como cerne o lucro, a acumulação de capital cuja exploração realizar-se-ia pela extração dos recursos oferecidos pela Natureza, e pelo próprio homem através de seu trabalho. Neste momento, cabe-nos dizer que esta natureza como recurso para fazer valer, preponderantemente, os interesses dos imperativos da lógica instrumental economicista, sobretudo pelo seu caráter simples e redutor, está sendo escrita, neste texto, com “n”

minúsculo, a fim de diferenciá-la do conceito universal de Natureza.

As concepções de Natureza exterior e universal solidificaram a ideia do capitalismo industrial, de conquista, domínio do homem sobre a Natureza como necessários ao desenvolvimento humano e ao equilíbrio da própria Natureza. Isso porque através de tal visão, o homem faria parte dela e, pela posse da razão, deveria assumir o seu controle.

Caracterizada como segundo momento da renovação do conceito de Natureza, Smith (1988) destaca a natureza produzida pelo capitalismo – através do trabalho do homem – como produto, mercadoria, tornando-a de todo útil ao seu processo de produção, com o mesmo intuito da acumulação de capital. Com base em Marx, este mesmo autor disse que:

Pela sua atividade, o homem ‘modifica as formas das matérias naturais, de modo a torná-las úteis para ele. A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física [...] Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o Homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (Smith, 1988, p. 71-72).

Sobre a natureza inserida no movimento de globalização, que caracteriza o capitalismo do final do séc. XX e início do XXI, Santos (1994; 2006) ressaltou a necessidade de discutir a ‘redescoberta’ da Natureza, bem como de ter cautela no que diz respeito à apreciação dos conceitos que tentam apreendê-la, prestando atenção a sua problemática para não se deixar cair na retórica. Isso porque, reitera-se mais uma vez, a percepção de natureza muda constantemente de acordo com sua utilização pela sociedade, assim como com o uso que lhe é dado.

Há uma relação intrínseca dos objetos – enquanto parte do espaço produzido pelo homem – com o meio natural e seus eventos, os quais se correlacionam, influenciam e são influenciados, compondo ambientes em constante transformação. Sendo assim, o ambiente é aqui definido como um complexo de inter-relações entre o meio natural, o espaço construído e a sociedade, a partir dos

interesses dos diversos atores envolvidos. Tecido por estas relações e interesses plurais e difusos, compõe espaços que servem como meio e condição para a sociedade, num dado tempo e espaço, portanto, onde se dá a relação sociedade-natureza.

Para Santos (2006), há, portanto, uma sincronia nas mudanças da Natureza, através de sua diversificação “adaptativa” aos momentos sociais da história. O mundo natural e o mundo histórico possuem movimentos de renovação e diversificação, portanto, a Natureza possui movimentos cíclicos de mudança, devido a tais vicissitudes. Com a evolução da interação do homem com o meio natural – pelo aprimoramento das técnicas – há na evolução social maior autonomia relativa do homem com relação à natureza, ainda que o homem seja criador, mas subordinado. E ressalta que “Com a marcha do capitalismo, amplia-se a tendência a que, sobre a diversificação da natureza, operada pelas forças naturais, se realize uma outra diversificação, também à escala global, mediante forças sociais” (Santos, 2006, p. 85).

Tem-se, desse modo, uma visão conceitual de Natureza que se associa com as construções sociais, no tempo e no espaço, ratificando cada vez mais a necessidade de dominação, através dos processos de industrialização e urbanização. Tal dominação enquanto meio para a perpetuação de um modo de produção que utiliza a natureza em favor, notadamente, dos interesses capitalistas.

Em assim sendo, é contumaz perceber que a significação da Natureza no pensamento ocidental, pela ideia de sua necessária dominação pelo homem, recrudescer-se com a exacerbação da racionalidade técnica instrumental do sistema capitalista como forma de sustentar e perpetuar a lógica de uso da natureza enquanto produto, ou melhor, enquanto valor de troca, transformada em mercadoria. Nesta perspectiva, ressalta-se, concomitantemente, que

Associadas e concorrentes, a industrialização, a urbanização (*em âmbitos globais*) devastam a natureza. A água, a terra, o ar, os ‘elementos’ estão ameaçados de destruição. [...] Os bens outrora raros tornam-se abundantes: o pão e os alimentos em geral. Ao contrário, os bens outrora abundantes tornam-se raros: o espaço, o tempo, o desejo. E depois a água a terra, a luz. Não se imporá a gestão coletiva das novas raridades? A não ser que se imponha a produção ou re-produção de tudo o que foi a

‘natureza’ ... [...] Teoricamente, a natureza distancia-se, mas os signos da natureza e do natural multiplicam-se, substituindo e suplantando a ‘natureza’ real (Léfévre, 1999, p.36, grifo nosso).

Percebe-se, então, que a evolução conceitual da Natureza seguiu os diversos modos da sociedade pensá-la, apropriá-la e usá-la. Nesta perspectiva, abordar-se-á na seção seguinte um caso em que, não obstante o distanciamento da Natureza, seus signos continuam se multiplicando com a finalidade, principalmente, de atender os interesses da lógica claramente utilitarista. Isso será feito a fim de reforçar a presente discussão, não como um simples recorte isolando o território considerado do seu contexto ambiental, mas para compreender a sociedade-natureza como *práxis* que se relaciona com seu contexto histórico-geográfico-ambiental.

Dinâmica territorial da praia do Paiva-RMR: Ambientes para quem?

O contexto contemporâneo do processo de produção do espaço urbano tem, portanto, recebido suporte do conceito de natureza em que se baseia o processo de apropriação do espaço e de tudo o que ele contém como mercadoria, pelo que se locupletam os agentes intrinsecamente vinculados ao Complexo Comercial-Imobiliário-Financeiro (CCIF) constituidores do motor atual do capitalismo.

A história do processo de ocupação da área em epígrafe iniciou-se em 1979, através do processo de concepção e regularização do Loteamento praia do Paiva, com a elaboração de um plano urbanístico. Em 1983, a empresa Terrenos e Construções S.A. encaminhou à Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho o projeto para o Loteamento, tendo posteriormente obtido anuência prévia da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM). A partir de 1984, deu-se início à venda dos lotes com o prenúncio dos grandes investimentos em termos de infraestrutura que seriam realizados pelo Estado – governo de Pernambuco – no local (Figura 2), o que garantiu a venda de pouco mais de 10% do total de lotes em um período de seis anos. Salienta-se que os discursos formulados sobre o objeto vendido foram, como poderemos perceber, fundamentais para a realização do processo de produção espacial favorável à tessitura de ambientes úteis à dinâmica do capital.

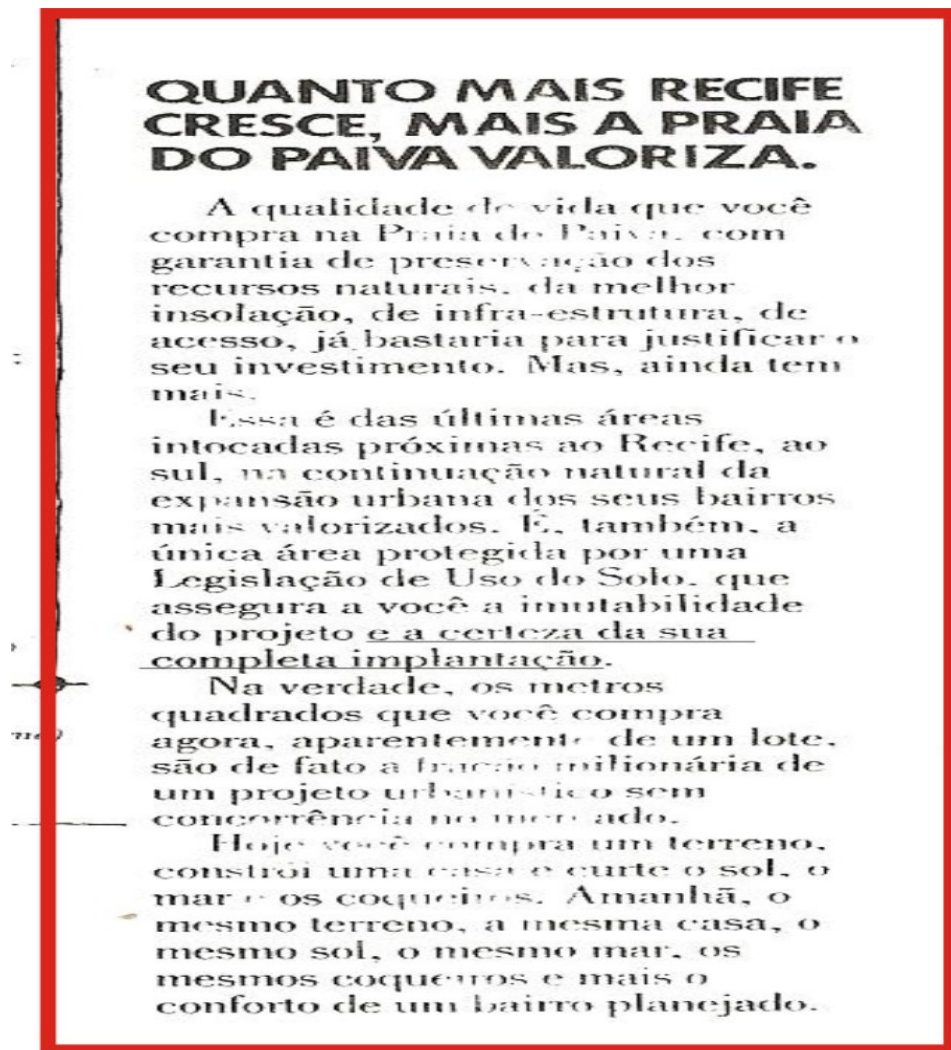


Figura 2. Divulgação do Loteamento praia do Paiva, 1986. Fonte: Acervo iconográfico do autor (2011).

Com relação ao discurso que tem sustentado esse conjunto de ações ligados ao CCIF, disse Barbosa (2014, p. 31) que:

[...] a todo tempo os promotores imobiliários procuram vender esse complexo imobiliário [Complexo Imobiliário Residencial e de Serviços Reserva do Paiva] como se fosse uma espécie de contraponto da realidade atual de Boa Viagem e de outros bairros de alta renda do Recife e sua área metropolitana.

O que, para nós, agrava ainda mais a problemática ambiental inerente à escala global do processo de produção do espaço geográfico. Antes de tal processo, a área da praia do Paiva era caracterizada por esparsas ocupações, sobretudo, pela dificuldade em termos da provisão de acesso. Havia uma extensa faixa de coqueirais, com alguns imóveis de segunda residência e veraneio, bem como de primeira residência ocupados por moradores da área, principalmente por posseiros, os quais trabalhavam a serviço dos proprietários adquirentes dos lotes, além de alguns pescadores e marisqueiras. Alguns dos adquirentes utilizavam parte das terras para extração de argila visando à

fabricação de cerâmicas e porcelanas, como afirmam Andrade e Lins (1984, p. 28) “[...] na enseada do Paiva [...] *(havia)* espessas camadas de sedimentos caulínicos cuja exploração para o fabrico de porcelanas vem sendo feita intensivamente, desde anos recentes (1984-1985), pelo grupo de indústrias Brennand.” (grifo nosso).

Por volta de 1990, as vendas haviam sido interrompidas pela redução da procura, o que aconteceu, talvez, em função de incertezas com relação aos projetos que, até então, ainda não tinham sido realizados pelo Estado relativo à infraestrutura urbana necessária à viabilização daquela área como espaço de moradia destinado a grupos sociais específicos da RMR. Ademais, alguns dos lotes vendidos foram comprados novamente pelos proprietários do terreno, que são os atuais detentores de grande parte da área do Paiva, Ricardo e Cornélio Brennand. Deste modo, a propriedade tornou-se reserva fundiária para especulação imobiliária a fim de aguardar a infraestrutura que pudesse, enfim, dar suporte aos projetos previstos.

Contudo, a partir de 2003, tal situação começou a ser reconfigurada, sobretudo em função do impulso do crescimento econômico no Brasil e, por conseguinte, na RMR, favorecendo a entrada de grandes investimentos nacionais e internacionais. Parte de tais investimentos foi aplicada no fortalecimento do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), bem como na implantação da infraestrutura urbana necessária para a efetiva exploração da área da praia do Paiva, estimulando, assim, a retomada dos interesses do CCIF.

As verdadeiras intenções da intervenção do Estado na área em tela sequer foram mascaradas, ou seja, no próprio discurso governamental, deixava-se patente que se realizaria um modelo de ocupação “diferenciada”, o que seria garantido pela qualidade dos espaços, preservação ambiental, geração de novos espaços públicos de lazer e implantação de importantes equipamentos turísticos capazes de gerar benefícios e impactos positivos para o conjunto do Loteamento. Porém, para amenizar tais ações, dizia-se que a coletividade dos moradores do

município do Cabo de Santo Agostinho e o próprio estado de Pernambuco seriam beneficiados.

Em 2005, foi aprovado, pela Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH), o Projeto Modificativo Praia do Paiva. Em 2007, a área do Paiva passou a ser considerada como Zona Especial de Turismo, Lazer e Moradia (ZETLM), pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Cabo de Santo Agostinho, possibilitando a construção do chamado Empreendimento Reserva do Paiva (ERP).

A praia do Paiva apresenta área total com cerca de 1.050 ha, com 8,6 km de praia, 5 km de rios e 500 ha de Mata Atlântica e mangue, elementos que reforçam as amenidades locais (Figuras 3, 4, 5, 6). O ERP ocupa 526 ha, com previsão de construção de 7.925 unidades imobiliárias. Nota-se aí um claro uso da natureza através da perspectiva utilitarista para fins puramente econômicos, beneficiando o CCIF norteador de tais ações.



Figura 3. Praia do Paiva com inexpressivas intervenções, 2007. Fonte: Acervo iconográfico do autor (2012).



Figura 4. Praia do Paiva em 2007. Fonte: Acervo iconográfico do autor (2012).



Figura 5. Praia do Paiva, área bem localizada com relação à urbanização metropolitana, em 2007. Fonte: Acervo iconográfico do autor (2012).



Figura 6. Lotes na área da praia do Paiva em 2007. Fonte: Acervo iconográfico do autor (2012).

O conjunto dos objetos espaciais supramencionados favorece, portanto, o processo de produção do espaço incorporando as estratégias imobiliárias em termos de estetização da mercadoria (Haug, 1997), isto é, segundo o modo capitalista de pensar e usar o ambiente territorialmente tecido. As estratégias de *marketing* utilizadas para a constituição deste espaço, com a finalidade principal de construção de ambientes condominiais de residências, imóveis empresariais e fornecer serviços na área, acontecem com base em discursos de sustentabilidade, qualidade de vida, contato com a natureza, exclusividade, segurança, “inclusão

social” dentre outros. O termo “Reserva” *per se* faz analogia ao vinho, de acordo com a empresa responsável pela construção do ERP, a Odebrecht, como algo sofisticado, exclusivo, reservado. A localização da área permite a separação física do espaço intensamente urbanizado do entorno com populações de renda inferior, mantendo, assim, o desejo de exclusividade inerente às classes hegemônicas locais. Promovida pelo governo do estado federado de Pernambuco, a acessibilidade por automóveis é pedagiada, resultante da implementação de projeto gerido através de Parceria Público-Privada (PPP), para viabilizar o Empreendimento (Figura 7).



Figura 7. Processo intenso de urbanização na praia do Paiva em 2014. Fonte: Acervo iconográfico do autor (2014).

Nota-se, assim, a pressão da urbanização sobre o que ainda há de natureza na área, isto ocorrendo para viabilizar a oferta de empreendimentos de alto padrão. O que demonstra que se está destruindo parte da Natureza, mas que, ao mesmo tempo, contraditoriamente, apropriam-se dela como natureza com a finalidade precípua de engendrar valores. Comprova-se, assim, uma forte ameaça para a área do entorno, mas que se está conseguindo construir um espaço bastante exclusivo, seletivo e excludente, já que é concebido para oferecer serviços de luxo a um público de alto nível social, com oferta de área privilegiada em termos da presença da natureza e infraestrutura, restringindo-se ainda o amplo acesso viário, devido ao acesso pela via pedagiada. Como afirma Smith (1988, p. 122), “Diferentes sociedades usam e organizam o espaço de modos diferentes e os diferentes padrões geográficos daí resultantes ostentam o sinal evidente da sociedade que usa e organiza o espaço”. Portanto, a transformação do espaço em tela evidencia o uso contemporâneo da natureza, seguindo a lógica da sua mercantilização, a qual faz do espaço/natureza instrumento para o capital.

Ratifica-se, assim, o processo intencional de privatização da natureza, ao invés do seu tratamento como um direito social para todos. O que acontece em detrimento do espaço do cidadão, da cidadania, dos espaços saudáveis, da conservação da natureza. Isso porque, conforme Santos (1993, p. 109), “O cidadão é não raro ensombrecido pelo usuário e pelo consumidor, afastando para muito depois a construção do homem público. Daí a busca de privilégios em vez de direitos”.

A concepção de espaços produzidos sob tais características é concretizada visando, sobretudo, selecionar, através dos interesses do utilitarismo do capital, o que também ocorre a partir da apropriação da natureza, bem como pelas imagens de espaços saudáveis e sustentáveis, quando na verdade não passam de sofisma (Pontes, 2014).

Considerações finais

Como visto, o conceito de Natureza assumiu, nos diversos momentos da História, sentidos distintos, variando desde a perspectiva do cristianismo, passando pela cartesiana, até chegar naquela que reforçou sua exterioridade e separação com relação ao homem durante a hegemonia do capitalismo industrial. Tais construções conceituais têm funcionado de modo a respaldar a dinâmica materialista inerente à racionalidade técnica instrumental capitalista,

incorporando o desenvolvimento científico e tecnológico ao processo produtivo, tal como explicita Smith (1988), a partir da releitura de Karl Marx sobre a natureza.

Acrescenta-se, como forma de expor a relevância e a profundidade das discussões já realizadas sobre o conceito de Natureza, as observações de Whitehead (1994), na obra *o conceito de Natureza*, trazendo à baila os aspectos sensoriais, perceptivos, cognitivos, de como o homem toma consciência da Natureza, bem como as contribuições dos diversos tempos e espaços para determinar nossas concepções sobre ela, corroborando nossas convicções. Isso revela, portanto, o quão importante é compreender as construções conceituais para ajudar a perceber as relações inerentes ao processo de produção do espaço através do uso da natureza nele existente, que se dão no presente como um reflexo da evolução do homem.

Desse modo, a instrumentalização de toda a matéria existente para a reprodução permanente de valores puramente econômicos expandiu-se, vale reiterar, através da reaproximação forjada da natureza. Esta se tornou uma forma eficaz de explorar a escassez, propiciada pelo uso das amenidades como diferencial competitivo para engendrar produtos imobiliários. De acordo com tal contexto, quem se beneficia mesmo são as classes sociais hegemônicas, com o apoio do Estado.

Um parâmetro intelectual para explicar o aprofundado conjunto de fatores que configuram a engrenagem elaborada para a concretização de tais interesses foi construído a partir da reflexão sobre a *estética da mercadoria*, a qual, para Haug (1977, p. 15), “[...] designa um complexo funcionalmente determinado pelo valor de troca e oriundo da forma final dada à mercadoria, de manifestações concretas e das relações sensuais entre sujeito e objeto por ela condicionadas”. Este mesmo autor faz, então, uma crítica da estética da mercadoria, tendo em vista a apropriação da matéria para o lucro, em favor da manipulação social que visa atenuar a visibilidade das contradições básicas da sociedade instituída sobre a base produtiva capitalista. Na explicação da estética da mercadoria, o autor destaca: “[...] de um lado, a ‘beleza’, isto é, a manifestação sensível que agrada os sentidos; de outro aquela beleza que se desenvolve a serviço da realização do valor de troca e que foi agregada à mercadoria, a fim de excitar no observador o desejo de posse e motivá-lo à compra” (1977, p. 16).

Em sendo assim, a apropriação da natureza, da matéria, no tempo e espaço, conforma territórios diversos. Em escalas locais,

mostra-se como se dá atualmente a dinâmica territorial da reprodução do espaço, advinda do protagonismo das cidades na acumulação urbana capitalista. A mundialização do capital, no contexto da globalização, vem impondo novas escalas de poder, novos atores a exemplo do CCIF e novas lógicas de organização do território, transformando e fetichizando a terra, os rios, as matas, florestas, enfim, os ambientes naturais menos antropizados. Portanto:

[...] o que ocorre com a tentativa, inerente ao espaço urbano, de reunir o espontâneo e o artificial, a natureza e a cultura? Não existe cidade, nem espaço urbano sem jardim, sem parque, sem simulação da natureza, sem labirintos, sem evocação do oceano ou da floresta, sem árvores torturadas até tomarem formas estranhas, humanas e inumanas. [...] Tais espaços [...] seriam a re-presentatione sensível de um alhures, a u-topia da natureza? (Léfebvre, 1999, p. 35).

Pelo fato das cidades estarem submetidas à lógica da racionalidade técnica instrumental capitalista, seus agentes instituídos – em torno do ERP – têm buscado produzir, de preferência, espaços do consumo, não do cidadão, isto é, espaços mais competentes para a expansão de ambientes de consumo do que de cidadania. Na área da praia do Paiva, pode-se perceber claramente a assimilação do ambiente natural peculiar pelos agentes do ERP, que o fetichizam em um local de raridade, logo, com grande poder especulativo e capacidade para amplo acúmulo de capital por aqueles que o exploraram.

Os espaços urbanos, através das ações dos agentes imobiliários, dos proprietários fundiários e em consenso com o Estado – que se coloca como “[...] ‘lugar’ de confronto dos interesses contraditórios e de concentração dos objetivos comuns das diferentes classes e grupos sociais” (Leff, 2001, p. 103) –, ajustaram-se às novas estratégias competitivas, intensificadas pela globalização. Resultando, portanto, numa transformação do espaço e dos ambientes naturais até o presente momento preservados em mercadoria, munindo-os de atratividade pela contraditória acentuação das amenidades e raridades – devasta-se os poucos ambientes naturais para construir e se ressalta o que ficou como resquício, hipervalorizando-os estrategicamente – através das táticas de *city marketing*.

A realização de tais intervenções urbanas – pelo empreendedorismo urbano segundo Harvey (1996) – que dinamizam o território e reproduzem o espaço, sobretudo em áreas cujo ambiente natural é ainda existente, tornam a Natureza – transformada em natureza – objeto expropriado do

usufruto da coletividade e apropriado pelo mercado. Isso mostra como, contraditoriamente, os elementos da natureza são apreendidos simbolicamente e materialmente na cidade para evocar sua crescente escassez no espaço, agregando mais valor com o intuito de auferir maior lucro. É nesse sentido que a natureza cada vez mais se dissocia do homem, do cidadão, associando-se, por sua vez, à ótica da *sociedade de consumo*.

A Natureza é, assim, desconsiderada como totalidade complexa à qual, em princípio, todos teriam direito, porque é necessária ao equilíbrio da vida na Terra. O cuidado com o ambiente e a conservação dos importantes estratos naturais, fundamentais à manutenção dos recursos, são relegados em favor da competitividade dos lugares, como estratégia de tornar o espaço mais atrativo. Nessa perspectiva, mais uma vez, Gonçalves (2013, p. 112-113) comenta sobre a visão antagonista de economistas e ecologistas, com relação ao valor de uso e valor de troca dados à natureza, dizendo que:

Enquanto os ecologistas falam do uso racional dos recursos naturais, os economistas se preocupam com o preço e com o valor de troca das mercadorias. Essas são falas excludentes, onde valor de uso e valor de troca necessariamente se opõem [...] Não é de estranhar, portanto, que o ecológico fique subordinado ao econômico numa sociedade onde a generalização das relações mercantis é a tônica (Gonçalves, 2013, p. 112-113).

A separação entre as dimensões homem e natureza é, portanto, uma forma de subordinar ambas as dimensões da vida na Terra ao capital. Antes, a praia do Paiva era um lugar no qual se mantinha uma razoável preservação do ambiente natural – apesar de parte de suas terras estarem sob domínio privado – onde ainda não havia intervenções substanciais. Mas constituiu-se, assim, claramente como uma área de especulação, reserva de valor. Por conseguinte, a voracidade do mercado, através da dinâmica econômica do CCIF, privatizou definitivamente a natureza na área, transformando o espaço em oportunidade de investimentos e de capitalização de excedentes. Enfim, reforça-se esta conclusão com a de Barbosa (2014, p. 266) para quem:

[...] o que há de grande diferencial na Reserva do Paiva é a capacidade altamente competente de desenvolver ações as mais diversas de caráter socioambiental e convertê-las em algo que sempre dá um retorno econômico para o negócio, ainda que de forma indireta e no plano da imagem. Por outro lado, fica claro que a Reserva do Paiva, salvo o caso do Hotel Sheraton, não se coloca na vanguarda. Ou seja, a dita

preocupação ambiental só é incorporada diante da possibilidade de convertê-la em oportunidade de algum ganho econômico. Prevalece o sociometabolismo do capital em seu incontrolável processo de acumulação.

Isto quer dizer que, como dissera o escritor italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa, *as coisas mudam para permanecer as mesmas*. Deve-se, portanto, encorajar a consciência moral da necessidade de ressignificar nossas relações sociais e produtivas, buscando uma nova racionalidade ambiental a qual, como sugere Leff (2001), é um desafio. Da Natureza necessitamos, e justamente por isso dependemos do seu equilíbrio, o qual está sujeito sobremaneira às nossas ações, já que somos os principais protagonistas da desestabilização natural a que nos submetemos.

A Natureza enquanto totalidade complexa deve ser assumida fundamentalmente como pedra angular da vida, devendo o homem buscar o equilíbrio entre o uso racional e a necessária conservação. É através de atitudes morais novas em relação à natureza, rompendo e reconstruindo as bases conceituais para uma compreensão da complexidade das relações de causa e efeito que resulta dessa errônea aceção da natureza assumida em nossa sociedade, que poderemos, verdadeiramente, encontrar tal equilíbrio. De acordo com Leff (2009, p. 01),

Mais além da rejeição à mercantilização da natureza é preciso desconstruir a economia realmente existente e construir outra, baseada em uma racionalidade ambiental. O que significa isto? A frase parte de uma constatação: a causa fundamental da crise ambiental, da degradação ecológica e do aquecimento global, é o processo econômico que atua como motor gerador de entropia, que acelera a morte do planeta. Além disso, não é possível decrescer mantendo a mesma estrutura da economia, que impulsiona esta a continuar crescendo, incrementando seu consumo entrópico da natureza e destruindo as bases de sustentabilidade da própria economia e da própria vida.

Em definitivo, urge, ao mesmo tempo, pensar e praticar formas que se aproximem da *racionalidade ambiental* a qual diverge da que se faz atualmente hegemônica, a racionalidade economicista. Ou seja, tem-se que construir uma racionalidade que seja capaz de mudar concretamente os modos de produção espacial garantindo novas ações no sentido de tecer ambientes efetivamente sustentáveis para o homem na Terra. O que, sem nenhuma forma de extremismo, pode ser conquistado através do diálogo democrático com as diversas territorialidades existentes – possuidoras de diversos saberes – na sociedade, para o qual, por

sua vez, os diversos movimentos sociais deverão assumir papel crucial.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os integrantes do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pelas ricas discussões e contribuições para o desenvolvimento do trabalho; bem como ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa concedida ao Prof. Cláudio Jorge Moura de Castilho.

Referências

- Abbagnano, N., 2007. Dicionário de Filosofia. Tradução Benedetti, I.C. 5 ed. Martins Fontes, São Paulo.
- Andrade, G. O. de, Lins, R. C., 1984. Pirapama: um estudo geográfico e histórico. Massangana, Recife.
- Barbosa, A. G., 2014. Exclusivismo socioespacial na Região Metropolitana do Recife: produção do espaço e governança do complexo imobiliário, residencial e de serviços reserva do Paiva. Tese (doutorado). Recife, UFPE.
- Foucault, M., 2008. A Arqueologia do Saber. Tradução Neves, L. F. B. 7 ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro.
- Foucault, M., 1995. O sujeito e o poder. In: Dreyfus, H., Rabinow, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica. Forense Universitária, Rio de Janeiro, pp. 231-249.
- Gonçalves, C. W. P., 2013. Os (Des)caminhos do Meio Ambiente, 15 ed. Contexto, São Paulo.
- Harvey, D., 1996. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Revista de Estudos Regionais e Urbanos 39, 48-64.
- Haug, W., 1997. Crítica da Estética da Mercadoria. Tradução Paschoal, E. J. Editora UNESP, São Paulo.
- Léfèbvre, H., 1999. A Revolução Urbana. Tradução Martins, S. Editora UFMG, Belo Horizonte.
- Leff, E., 2012. Aventuras da Epistemologia Ambiental. Da articulação das ciências ao diálogo de saberes. Cortez, São Paulo.
- Leff, E., 2009. Rumo à Racionalidade Ambiental. Disponível:
http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/fau/pdf/pos_hab_03.pdf. Acesso: 16 fev. 2014.

- Leff, E., 2001. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Vozes/PNUMA, Rio de Janeiro.
- Morin, E., 2014. A Cabeça Bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- Passmore, J., 1995. Atitudes frente à Natureza. Revista de Geografia 11, 91-102.
- Pontes, B. A. N. M., 2014. A (re)produção do espaço urbano no Litoral Sul da Região Metropolitana do Recife: os “Ecomegaempreendimentos” na Praia do Paiva e no Complexo Porto de Galinhas. Monografia (Bacharelado em Geografia). Recife, UFPE.
- Santos, M., 2006. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção, 4. ed. Edusp, São Paulo.
- Santos, M., 1994. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. Hucitec, São Paulo.
- Santos, M., 1993. A Urbanização Brasileira. Hucitec, São Paulo.
- Schmidt, A., 1976. El Concepto de Naturaleza em Marx. Traducción Prieto, J. M. F., Prieto, E. Sigloveintiuno de espana editores s.a., Madrid.
- Smith, N., 1988. Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção de espaço. Tradução Bertrand, N. E. A., Brasil, Rio de Janeiro.
- Whitehead, A. N., 1994. O Conceito de Natureza. Tradução Fischer, J. B. Martins Fontes, São Paulo.